

Decisão do Conselho desagrada Bierrembach

15 AGO 1985

"O Conselho Político do Governo está botando o carro na frente dos bois, porque é impossível saber com um mês de antecedência o que o Congresso Nacional vai votar" — a declaração é do relator da Comissão Mista que estuda a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), a respeito das colocações feitas pelo Conselho contra as candidaturas avulsas e a discussão sobre o "quorum" da Constituinte. De acordo com o parlamentar paulista, "o Congresso Nacional deve ser o estuário da aspiração da sociedade" e, nesse sentido, deve fazer o máximo para aproximar a população da Constituinte.

Apesar de compreender as razões que levaram o deputado e líder o Governo na Câmara Federal, Pimenta da Veiga, a discordar da candidatura avulsa, Flávio Bierrembach voltou a se mostrar favorável a idéia, chegando mesmo a considerar mais racional o uso do voto majoritário para os delegados que representariam as entidades de defesa dos diversos segmentos sociais, enquanto a proporcionalidade seria usada apenas para os candidatos eleitos filiados a partidos políticos.

Na próxima sexta-feira, prazo final para o recebimento de emendas, ele diz que deverá ter pronto o cronograma da Comissão Mista. Sem

querer adiantar nenhum evento, a não ser a reunião da próxima terça-feira, o deputado paulista previu que somente deverão ser apresentadas 8 emendas a proposta do presidente José Sarney.

O parlamentar paulista concorda com a proibição constitucional de membros das Forças Armadas na ativa e do Poder Judiciário possam se candidatar a cargos eletivos. Para ele, "a missão constitucional deferida as Forças Armadas é incompatível com as atividades do parlamento e da Constituinte". Para se eleger, o militar deve ser reformado e o juiz deixar a toga, pois a este último cabe "dirimir conflitos que envolvam violação de direitos. Ele não pode conciliar o seu julgamento com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, participar da redação de uma nova".

Sobre a Comissão do Poder Legislativo para debater com a população e recolher sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte, o deputado considerou a sua instalação positiva, mas, ressaltou "como a comissão do executivo presidida pelo jurista Afonso Arinos, poderá ser útil ou inútil". No entanto, como forma de conscientização da sociedade, Flávio considerou "ideal que cada casa legislativa tivesse uma — comissão como a que será elaborada pelo Congresso Nacional".

ANC 88
Pasta 08/85
056/1985

Lyra contra outra comissão

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, manifestou-se ontem contrário a decisão do Conselho Político do governo de criar uma comissão legislativa que seria instalada durante o período de funcionamento da Constituinte, para cuidar especificamente da legislação ordinária. Lyra deixou claro que é favorável ao funcionamento do Congresso concomitantemente ao trabalho constituinte.

Para ele, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte deve ser a mais simples possível, rejeitando, portanto, as propostas de subemendas que deverão ser apresentadas, inclusive pelo seu partido, o PMDB. Na opinião de Lyra, não existe nenhuma incompatibilidade em o Congresso

funcionar como Câmara e Senado, durante a Constituinte: "Foi isso que norteou a mensagem presidencial de convocação da Assembleia".

Explicou que o que pode haver é a Constituinte, ao votar o seu regimento interno, entender que o Congresso deverá funcionar em esforço concentrado. Ele acha improvável que a tese de criação da comissão especial seja aprovada pelos parlamentares.

Entende o ministro da Justiça que esta comissão limita a ação dos parlamentares e privilegia os membros da comissão. Lyra considera a comissão completamente inviável, questionando sobre quem seria o presidente da Câmara ou os secretários das mesas das duas Casas do Congresso.